

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SEGURADOS.....	
15	15
1. Noções iniciais e definição do salário de contribuição.....	15
2. Limites do salário de contribuição.....	16
3. Delimitação e composição do salário de contribuição	20
4. Natureza jurídica e hipótese de incidência das contribuições previdenciárias	38
5. Contribuição previdenciária do empregado, do trabalhador avulso e do empregado doméstico	44
6. Contribuição previdenciária do contribuinte individual e do segurado facultativo.....	46
7. Contribuição previdenciária do segurado especial.....	52
CAPÍTULO II	
SALÁRIO DE BENEFÍCIO, FATOR PREVIDENCIÁRIO E RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
55	55
1. Salário de benefício no texto originário da Lei 8.213/91	55
2. Fator previdenciário.....	56
2.1. Considerações teóricas	56
2.2. Cálculo	66
3. Salário de benefício na Lei 9.876/99.....	76
3.1. Considerações teóricas	76
3.2. Cálculo	84
4. Regras de transição do salário de benefício da Lei 9.876/99.....	92
5. Salário de benefício na Medida Provisória 242/2005	99
6. Salário de benefício nos benefícios por totalização (internacionais)	102
7. Cadastro Nacional das Informações Sociais – CNIS	103
8. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	106
9. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica	111
9.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	111
9.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS).....	113
9.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social).....	115
9.4. Lei Complementar 11/1971.....	116
9.5. Lei 5.890/1973.....	116
9.6. Lei 6.179/1974.....	117

9.7. Lei 6.210/1975.....	117
9.8. Lei 6.367/1976.....	118
9.9. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	119
9.10. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores	119
9.11. Emenda 20/1998	121

CAPÍTULO III

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

REGRAS BÁSICAS E CÁLCULO DA RENDA MENSAL.....	125
1. Aposentadoria por invalidez.....	125
1.1. Regras básicas.....	125
1.2. Cálculo da renda mensal.....	141
2. Aposentadoria por idade	146
2.1. Regras básicas.....	146
2.2. Cálculo da renda mensal.....	163
3. Aposentadoria por tempo de contribuição	172
3.1. Regras básicas.....	172
3.2. Regras de transição da Emenda Constitucional 20/1998.....	184
3.3. Cálculo da renda mensal.....	185
4. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	198
4.1. Regras básicas.....	198
4.2. Cálculo da renda mensal.....	233
5. Aposentadoria especial dos deficientes.....	240
5.1. Regras básicas.....	240
5.2. Cálculo da renda mensal.....	245
6. Auxílio-doença	259
6.1. Regras básicas.....	259
6.2. Cálculo da renda mensal.....	273
7. Salário-família.....	277
8. Salário-maternidade.....	281
8.1. Regras básicas.....	281
8.2. Cálculo da renda mensal.....	294
9. Auxílio-acidente.....	296
9.1. Regras básicas.....	296
9.2. Cálculo da renda mensal.....	311
10. Pensão por morte.....	314
10.1. Regras básicas.....	314
10.2. Cálculo da renda mensal.....	330
11. Auxílio-reclusão.....	335
11.1. Regras básicas.....	335
11.2. Cálculo da renda mensal.....	343
12. Abono anual.....	343
12.1. Regras básicas.....	343

CAPÍTULO IV

TEMAS GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS	345
1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios.....	345
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária.....	346
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	349
3.1. Prescrição quinquenal.....	351
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	359
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	368
4. Reajustamento da renda mensal inicial.....	369
4.1. Teoria geral.....	369
4.2. Cálculos.....	373
5. Acumulação.....	374
6. Descontos legalmente autorizados.....	377
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	385
8. Direito Adquirido.....	386
9. Prévio requerimento administrativo para a concessão de benefícios previdenciários.....	388
10. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	400
10.1. Considerações teóricas.....	400
10.2. Cálculos.....	402
11. Ação civil pública previdenciária.....	407
12. Intervenção do Ministério Público.....	412
13. Custas processuais.....	413
14. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	414
15. Juros de mora nos processos previdenciários.....	418
15.1. Considerações teóricas.....	418
15.2. Cálculos.....	421
16. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	423
16.1. Considerações gerais.....	423
16.2. Perícia contábil.....	430
17. Pedido nas ações previdenciárias.....	432
18. Ação rescisória previdenciária.....	434

CAPÍTULO V

RENÚNCIA DA APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO)	441
1. Considerações sobre a tese da renúncia da aposentadoria.....	441
2. Posição da Jurisprudência e da Previdência Social.....	444
3. Cálculos.....	447

CAPÍTULO VI

RENÚNCIA DA PENSÃO POR MORTE (DESPENSAÇÃO).....	453
1. Considerações sobre a tese.....	453
2. Posição da Jurisprudência e da Previdência Social.....	453

3. Cálculos	454
CAPÍTULO VII	
READEQUAÇÃO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO PELOS NOVOS TETOS DAS EMENDAS 20/1998 (R\$ 1.200,00) E 41/2003 (R\$ 2.400,00)	457
1. Considerações sobre a tese.....	457
2. Posição do STF e da Previdência Social.....	462
3. Cálculos	469
CAPÍTULO VIII	
DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO	485
1. Considerações sobre a tese.....	485
2. Posição do STF e da Previdência Social.....	487
3. Cálculos	491
CAPÍTULO IX	
REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	497
1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77).....	497
1.1. Considerações gerais	497
1.2. Cálculos	500
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	506
2.1. Considerações gerais	506
2.2. Cálculos	509
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos)	513
3.1. Considerações gerais	513
3.2. Cálculos	517
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	520
4.1. Considerações gerais	520
4.2. Cálculos	521
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)	524
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 - "buraco negro")	525
6.1. Considerações gerais	525
6.2. Cálculos	527
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991.....	533
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão.....	534
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	536

9.1. Considerações gerais	536
9.2. Cálculos	537
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”)	539
10.1. Considerações gerais	539
10.2. Cálculos	541
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94)	542
11.1. Considerações gerais	542
11.2. Cálculos	543
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	545
12.1. Considerações gerais	545
12.2. Cálculos	547
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	550
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	552
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	556
16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	559
17. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	562
17.1. Considerações gerais	562
18. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário	572
18.2. Cálculos	573
19. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho	574
19.1. Considerações gerais	574
19.2. Cálculos	577